

Referências que continuam inspirando

A destacada intelectual e ativista Sonia Corrêa, fundadora de SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia, coordenadora do Programa de Saúde e Direitos do *Development Alternatives with Women for a New Era* (DAWN) e pesquisadora associada à Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), onde coordena o [Observatório de Política Sexual \(SPW\)](#), foi convidada de honra no ato de formatura da terceira turma do EGeS – Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade, do CLAM/IMS/UERJ, desenvolvido com apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

Em conversa pública com Sérgio Carrara, Sonia reflete sobre as confluências históricas que deram lugar à ideia de Direitos Sexuais e os desafios que essas lutas enfrentam hoje. Um agudo olhar retrospectivo e original análise dos paradoxos constitutivos dos movimentos englobados por esse conceito permitem repensar o atual *backlash* conservador não apenas no plano jurídico ou dos avanços e retrocessos de políticas de governo, mas também da micropolítica do cotidiano nas lutas em torno da moral sexual.

Com ou contra o Estado?

Sérgio Carrara:

No início dos anos 2000, diferentes iniciativas vislumbraram a possibilidade de discutir em um âmbito conjunto, através da noção de "direitos sexuais", questões relativas aos direitos reprodutivos das mulheres, aos chamados "direitos LGBT" e também aos direitos de pessoas vivendo com HIV AIDS. Tal diálogo, por várias razões se mostrou complexo. Quais seriam os principais pontos de articulação e desarticulação entre os movimentos que se organizam em torno da luta por esses direitos? Quais as perspectivas dessa confluência em longo prazo?

Sonia Corrêa:

Eu começaria por contestar o marco temporal que situa essa convergência apenas no início do Século XXI. Na verdade, estamos frente a um ciclo que é realmente mais longo. Em meus escritos, eu sempre coloco o início desse ciclo na revolução sexual dos anos 60. Existe um momento germinal dos anos 60 que por mais que pareça uma coisa do passado, quanto mais você reflete e pensa nas planificações, você encontra as energias e motivações para gente continuar fazendo isso que a gente fez naquele momento germinal.

No caso do Brasil mais especificamente, um outro ponto de passagem que a gente não pode esquecer são os primeiros anos da redemocratização. Eu falo aqui dos anos 70 e 80, a ebulição democrática do final dos anos 70 e início dos 80, onde o tema do Brasil nas ruas era a questão da cidadania e dos direitos. Era uma agenda vasta que incluía os direitos dos trabalhadores, os direitos da terra, os direitos da criança; mas também foi quando apareceu a conexão entre os direitos das mulheres, das minorias sexuais – homossexuais basicamente –, e também o movimento de prostitutas. Tudo parte de uma mesma geração de ideias em torno dos direitos humanos e cidadania. Todos se chamavam “movimentos de liberação”. O que é importante resgatar desse momento é que ele correspondeu a um momento de *política de amizade*; uma mesma família de demandas que depois viria a ser alterada.

O terceiro momento é de articulação entre sexualidade, gênero e direitos humanos, que são os anos 90; porque é quando, no plano internacional, essa vinculação conceitual foi feita. Os direitos humanos pensados hoje são resultados de uma reflexão política, crítica e teórica do pós-guerra, diretamente conectado à Segunda Guerra Mundial, ao Holocausto, ao nazismo e o nazi-fascismo. Na primeira formulação, consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), estavam inscritos os direitos das mulheres, mas de sexo falava-se em termos binários.

Os anos 90 foram no plano global, um momento peculiar na história da Terra. É o fim da Guerra Fria, do mundo bipolar, que no primeiro momento (1991-1998) com a queda da URSS, produziu um clima de muita expectativa positiva, pois

acreditava-se que os recursos dos armamentos poderiam ser convertidos para a política de desenvolvimento social. Naquele momento, no impasse que existia no debate global dos direitos humanos se tinha, de um lado, os direitos econômicos e sociais defendidos pelo mundo socialista. Do outro, os direitos civis e políticos defendidos por um mundo capitalista que tinha impedido um consenso internacional sobre o tema; o que foi superado na conferência de Viena. É o momento que a gente chama de "momento expansivo da década de 90"; porque as Nações Unidas se abriram para a sociedade civil quase como uma estratégia deliberada. Foi aí que tanto a pauta dos direitos das mulheres, quanto as mais complexas, de direitos reprodutivos e sexuais, entraram nessa arena de discursos.

Fomos nós que fomos falar dos direitos sexuais na Conferência do Cairo (1994) e se nós não estivéssemos lá, ninguém teria falado. Se não houvesse um grupo de pessoas com alguma referência sobre direitos sexuais sentada na mesa de negociação, esses termos nunca teriam chegado naqueles textos. É um momento peculiar, porque é muito diferente do que a gente vive hoje, e não só no Brasil: a situação no contexto mundial é radicalmente diferente. Em qualquer conversação que nós tenhamos sobre desafios, temos que levar em conta que essa é uma pauta que foi pensada num momento expansivo, de expectativas positivas. No caso do Brasil, um momento paradoxal, no momento pós-impeachment (do Fernando Collor de Melo), de estabilização democrática e econômica com o Plano Real; o momento de construção do SUS (Sistema Único de Saúde) e também do neoliberalismo. Mas era também um momento favorável para a confluência de agendas nacionais e internacionais.

Sérgio Carrara:

Se eu datei inicialmente a discussão da ideia do direito sexual no início dos anos 2.000, você traz o contexto lá da revolução sexual, que eu acho muito interessante para pensar as continuidades disso. Porque quando você fala da política de amizade das pautas, essa aproximação é muito interessante. Eu me lembrei do "Lampião da Esquina", um jornal fundamental na história do movimento LGBT brasileiro, que trazia a pauta das minorias, como o movimento negro. Claro que

tinha uma ênfase muito grande na questão da sexualidade, mas trazia as feministas. Sua política era realmente aquela da ideia da liberação sexual.

Nos anos 2000, quando eu me engajei mais nessa discussão, me parecia que a gente tinha saído de um momento de afastamento entre aquela noção de liberação sexual e a ideia dos direitos reprodutivos, ou a estratégia de trabalhar essa liberação sexual partindo da ideia de direitos reprodutivos. A ideia de direito sexual agregada aos direitos reprodutivos trazia novamente esse ponto como se tivesse havido uma ruptura; mas não foi bem uma ruptura. Então, fiquei imaginando sobre a liberação sexual. Há um processo de judicialização dessa discussão, quando se fala da liberação sexual dos anos 70/80, é uma liberação que se faz contra o Estado e não através dele. É muito interessante você trazer a ideia da Queda do Muro (de Berlim, 1989). Até a Queda do Muro – o que ela significou para mim –, você tinha o Estado burguês com seu aparato sobre a estrutura jurídico-política; que é um problema para a revolução social e para a instituição de um mundo mais justo. Não é através disso que ia se fazer revolução; era contra isso. Se no momento em que o muro cai, deslocando simbolicamente essa utopia, a impressão que eu tenho é que a judicialização passa a ser um canal.

A justiça vai ser feita por aquele aparato que era visto como um problema e não como a solução. Às vezes, até de uma forma um tanto utópica, como é que uma Justiça – como poder do Estado – pode dar solução? Agora a judicialização, imprime uma sorte de estatização da luta. Ora no nível internacional através da ONU (onde o que está em jogo são os estados nacionais que vão se submeter ou não àquela luta), ora no nível nacional, volta-se para os tribunais. A justiça vai ser feita através dos tribunais, através dos direitos, através da afirmação dos direitos; que faz com que a política de amizade entre as pautas também se desloque.

Trata-se dessa preocupação sua atual sobre a relação com o Estado, onde parece como se nesse processo houvesse rupturas, continuidades e deslocamentos. A pauta da liberação sexual vai se transformando de um modo muito intenso se ela está colocada no plano da cultura e da política.

Sonia Corrêa:

Isso é realmente uma passagem crucial. O que eu quero lembrar é que na rebelião lá de 60/70, nós e outros teóricos, pensadores e ativistas criticávamos não só o Estado burguês, sua estrutura jurídica, ideológica – o Estado como um aparato de dominação ideológica –, mas também o Estado socialista. Não se esqueça que esse é um momento de crítica também ao Estado, que não é um Estado supostamente burguês. A crítica é ao Estado enquanto aparato de dominação. Isso varia para América Latina, que vivia ditaduras. Havia uma crítica ao aparato de Estado socialista e ao aparato burguês do Estado. De fato, eu particularmente acho que nesse trânsito dos 80 – e falarei mais da América Latina porque eu tenho a impressão que no mundo anglo-saxônico isso não é bem assim – na América Latina e na Europa Ocidental, nessa transição, nós deixamos de pensar o Estado como um problema ou como uma questão paradoxal (que é ao mesmo tempo solução e problema). Abandonamos essa pauta teórica e essa é uma questão para ser retomada.

A transição para o discurso, para imaginação dos direitos, nos leva a uma aproximação com um aparato formal, institucional, estatal de produção da Lei e da justiça e produz uma captura das nossas energias políticas talvez excessiva. Eu penso que isso varia de contexto para contexto: é muito marcado na América Latina, mas não acontece na Ásia. Se você conversa com o movimento *queer*, o movimento LGBT e da sexualidade e direitos sexuais da Índia, eles têm uma distância crítica em relação ao Estado que nunca foi superada. Eles se aproximam, buscam transformações e reformas, mas sempre mantendo uma certa distância crítica. Por que na América Latina isso não foi assim e de um certo sentido, nós fomos quase que absolvidos por essa lógica do Estado como produtor da transformação via aparatos legais? É uma questão que a gente tem que se perguntar, porque eu acho que esse é um limite importante.

E acho que para retomar a política da amizade... Você tem toda razão. Em um texto que eu escrevi com a Adriana Vianna, falávamos que quando a gente transita desse lugar em que estávamos todos juntos, fazendo resistência aos aparatos que nos excluía, que nos oprimiam, que nos discriminavam, quando a

gente transita para a demanda por direitos e faz isso sob uma lógica de direitos civis, os direitos da individualidade, um dos traços marcantes do Estado burguês – para usar a terminologia antiga, o Estado que nós temos, que é do capitalismo – é o Estado gerir a sociedade como produção contínua de fragmentação da diferença. É um Estado que produz diferença.

Nós fomos capturadas por essa lógica do governo da diferença e pode-se exemplificar isso de forma prática: em 2010, no SPW (Observatório de Política Sexual) tentamos captar recursos do Estado brasileiro para fazer uma capacitação para ativistas e pesquisadores do campo da AIDS, feministas e LGBT, sobre a dimensão internacional dos direitos humanos e sexualidade; como que funciona o sistema das Nações Unidas, os documentos, enfim, capacitar as pessoas para poderem interagir melhor com esse mundo. Ao negociarmos isso com a secretaria de Direitos Humanos a resposta que obtivemos foi inacreditável: -tudo bem, aqui talvez a gente consiga recursos para capacitação dos grupos LGBT, mas se vocês quiserem capacitar as feministas, vocês vão ter que pedir à SPM. E se quiserem capacitar o pessoal de AIDS, vão ter que falar com o Ministério da Saúde ou o Programa de AIDS. Bom, isso tem um efeito do lado de cá: sai todo mundo procurando na sua gaveta. Vão as prostitutas procurar (nós fizemos um pequeno estudo que mostra isso) e termina o movimento de prostitutas na gaveta da AIDS, porque é onde tem dinheiro para as prostitutas. Produz-se uma fragmentação, nós começamos a lutar cada um pelo próprio direito. Tem uma certa disputa, que a Adriana chama de campeonato da vitimização; quem é mais vítima do que quem. Do lado da gente, quem é mais vítima de opressão; e do lado de lá tem essa lógica perversa do Estado produzindo diferença. Não é deliberado, mas é uma incrível maneira de dividir para imperar.

Universalidade situada

Sérgio Carrara:

Na primeira década do século XXI, para a afirmação dos direitos sexuais e reprodutivos no plano nacional, a estratégia de influir nas orientações do sistema ONU pareceu bastante promissora. Quais os atuais desafios e impasses dessa estratégia e quais seriam os problemas mais relevantes que a reflexão sobre os direitos sexuais, no plano internacional, poderia incorporar no futuro?

Sonia Corrêa:

Em parte, os nossos “fracassos” devem ser colocados muito entre aspas, porque eu acho que tem ganhos que a gente não pode desconsiderar. Nós tivemos ganhos muito importantes tanto no plano internacional, por exemplo. -Há limites enormes na pauta de Direitos Humanos hoje? -Há! O mundo não é mais o mundo multipolar amistoso, é um mundo multipolar competitivíssimo, cada vez mais competitivo, o espaço para os Direitos Humanos nesse mundo competitivo, se já era pequeno nos anos 90, agora é estreitíssimo. -É brutal? -É! Mas isso significa que a gente deva jogar fora os instrumentos de Direitos Humanos, os textos que a gente conseguiu como referência? É uma pergunta. Eu, particularmente, acho que não. Mesmo que eles não funcionem institucionalmente, eles são instrumentos de imaginação. Eles são referências que continuam inspirando a imaginação, que permitem isso que a gente tem chamado teoricamente de “universalidade situada”.

Tem um problema com a universalidade dos Direitos Humanos; porque de fato o mundo é muito diverso e você não pode aplicar parâmetros universais, mas há um espaço para pensar a universalidade situada, uma universalidade de premissas de respeito, igualdade, dignidade e não discriminação situadas em cada contexto. Aqui eu queria dar um exemplo de uma experiência da qual eu participei, que tive o privilégio, o orgulho de ter participado: a produção dos Princípios de Yogyakarta, para aplicação da norma internacional de Direitos Humanos para a orientação sexual e identidade de gênero. Eles foram produzidos por um grupo de

especialistas na Indonésia, exatamente dez anos atrás (fará dez anos em novembro desse ano). O texto de Yogyakarta – que não é um texto das Nações Unidas, pois ele não foi negociado entre os Estados – foi produzido por ativistas do campo, pesquisadores como eu, e por especialistas em Direitos Humanos, relatores especiais, gente que senta nos comitês da ONU, gente com muita credibilidade. Pessoas como Mary Robinson, Philip Alston, muitos nomes incríveis naquela lista. Ele usa instrumentos de Direitos Humanos como referência. Foi imediatamente traduzido nas 6 línguas das Nações Unidas; é bem institucional. Se faz um documento de especialistas e se traduz nas línguas das Nações Unidas porque você quer falar com os Estados.

Aconteceu algo maravilhoso com esse documento: antes de terminarem as traduções em chinês, árabe e russo, os Princípios de Yogyakarta já estavam sendo traduzidos em línguas locais, que não são línguas das Nações Unidas. Nós os traduzimos para o português, mas teve gente que os traduziu para catalão. Foi traduzido para tagalog nas Filipinas. Foi traduzido para thai e para línguas indianas locais. Foi traduzido no japonês vernáculo, que não é o japonês da linguagem jurídica; tanto que teve que ser traduzido de novo para o japonês jurídico, e tem duas versões. Estou trazendo esse exemplo porque é um texto que usa a linguagem dos Direitos Humanos negociada pelos Estados, mas que as pessoas liam e queriam aquilo para si. Independentemente de terem dinheiro para traduzir ou não, eles se apropriaram do texto. Isso para mim é um exemplo muito significativo de universalidade situada, algo que as pessoas sentem que pode ser usado nas suas lutas cotidianas.

Sérgio Carrara:

Com relação à ideia de universalismo estratégico, ainda aos anos 80 eu estava fazendo um texto tentando pensar a gestão da sexualidade a partir dos direitos humanos, dos direitos sexuais e a centralidade da ideia do consentimento. Vi que muitas pessoas trabalham nessa ideia e eu tentei pensar como as relações homossexuais se transformavam em relações ideais, modelares, porque aí você não tinha a linha da diferença de gênero, a partir da qual se postula que qualquer

desigualdade coloca em risco o consentimento. Como você não pode assegurar o consentimento numa relação de desigualdade, então eu pensava como a homossexualidade estava passando por uma transformação, de estava para modelo das relações. Michel Pollack falou algo muito interessante sobre isso na década de 80: “As relações homossexuais estavam se tornando modelares para as relações heterossexuais, porque elas tinham um maior rendimento sexual. Ele estava falando de um outro contexto, dos sexólogos, de como isso estava sendo administrado a partir da sexologia e do imperativo do orgasmo. Faltava de erotismo e de prazer; não de consentimento. Eu procurava algo que sustentasse a mesma ideia, e o encontrei, mas em um contexto completamente outro, do início dos anos 80. Então eu acho que vale a pena revisitar os anos 80 com um olhar antropológico, porque tem coisas bem importantes, mas isso é uma anedota.

Micropolítica do conservadorismo

Sérgio Carrara:

Eu tinha provocado você a falar, no contexto atual, do conservadorismo no Brasil, sobre o que parece ser um recuo das posições mais progressistas. Por uma série de razões, nos parece que os defensores dos direitos sexuais e reprodutivos estão na defensiva no Brasil. Digamos que, nos dez últimos anos, os opositores dos direitos sexuais, os chamados "conservadores", desenvolveram uma série de dispositivos discursivos para barrar o seu avanço. Quais seriam esses dispositivos em relação a questões mais concretas (criminalização da homofobia, reconhecimento do direito ao casamento e à família, reconhecimento do direito ao aborto, reconhecimento do direito à informação sobre gênero e sexualidade nas escolas)? Como compreender a atual correlação de forças?

Entretanto, você postula que, embora existam é importante falar do que você chama de “micropolítica do conservadorismo”, que estaríamos deixando de lado. Não havia também uma micropolítica do Brasil? Refiro-me ao contexto atual, uma emergência de novas expressões, como Marcha das Vadias, o ENUDS (Encontro

Nacional de Estudantes e Diversidade Sexual). Você cunhou essa ideia da *micropolítica do conservadorismo*, que eu acho bem interessante. Você podia falar um pouco sobre isso?

Sonia Corrêa:

Primeiro vamos lembrar que não está acontecendo só aqui. Acho muito importante lembrar que dinâmicas de conservadorismo político lato sensu com traços fortes de reação moral, religiosa à moral secular, apenas em sexualidade e gênero, você mapeia no mundo inteiro e estão mais ou menos por todas as partes. Em alguns lugares são mais estridentes, como no caso dos EUA ou alguns países africanos. Você encontra isso nas suas traduções contextuais específicas praticamente em todos os lugares; isso não está dissociado dessa multipolaridade competitiva. A outra questão é que de fato eu acho que o que a gente experimenta no Brasil e no mundo é um *backlash*, isso que as feministas americanas chamaram de *backlash*, no sentido de reação conservadora mais ou menos orquestrada, dependendo de onde você está. Acho que no caso dos EUA ela foi orquestrada deliberadamente nos anos 70 e está agora dando seus resultados, tem história a contar disso.

Acho que no Brasil ela é mais acidental; não acho que foi tão orquestrada. Mas em algum momento o modelo americano pode ter inspirado certamente os setores religiosos, conservadores como um *template*, um formato a seguir, para a politização real desses temas; ou seja, no legislativo, no judiciário, nos aparatos institucionais. Isso é um modelo americano. Então, é um *backlash*. Limpando um quartinho de despejo que tenho lá em casa, achei um panfleto do movimento de liberação da anticoncepção e do aborto francês em 1975. As feministas francesas não falavam em aborto e o panfleto dizia como “o que o aborto traz para pauta?” Ele traz para pauta que as mulheres não são mais propriedade dos homens, que elas têm direito de fazer sexo à vontade sem se sentir culpadas, que a gente tem que se perguntar se faz sentido casar. Qual o sentido da família, se o casamento só serve para autorizar as relações sexuais? É claro, tudo isso enlouquece os conservadores. Elas disseram isso 40 anos atrás.

Todos esses temas deixam as pessoas religiosas, moralistas, reacionárias, muito nervosas e, de fato, eles ficaram muito nervosos e continuam. A diferença é que eles orquestraram uma reação bastante bem-sucedida. No caso específico do Brasil eu faço uma autocrítica severa: tenho a impressão, falando por mim, de que eu fiquei prestando atenção e focada naquilo que uma reforma das instituições estatais, a lei, o judiciário, as políticas públicas iriam gerar; numa fantasia de que isso iria funcionar como um aparato de contenção dessas forças que já se manifestavam na sociedade. Uma crença um pouco ilusória de que esse aparato dos princípios gerais da igualdade, da constitucionalidade, dos direitos humanos, funcionaria como aparato de contenção. E fiz uma negação de coisas que eu via que estavam acontecendo. Eu ligava a TV e via aquele programa dos pastores na Bandeirantes que ia ao ar depois dos jornais, e passava direito a dizer “bom, não quero ver”. Mas tinha que ver isso, tinha que ver a igreja na esquina da minha casa. Bom, essa batalha que nós estamos perdendo lá no legislativo... e tem várias ameaças no legislativo, porque não é só o congresso em geral, é nas câmaras municipais e nas estaduais. A batalha começou a ser perdida aqui, porque nós deixamos de fazer a conexão necessária com a sociedade.

Sérgio Carrara:

Podemos pensar que, em parte, a "reação conservadora" a que assistimos atualmente no país se dá no contexto em que parece ter se esgotado um projeto político para o país que era, ao menos na esfera do executivo, mais favorável às reivindicações do movimento feminista e do movimento LGBT. Quais seriam as possibilidades de reorganização abertas pela atual "crise" política por que passa o país? Poderíamos dizer que – abandonando o modelo de uma sociedade civil organizada em ONGs – temos hoje, no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, o cenário de um ativismo mais capilarizado, horizontalizado e fluido (não institucionalizado)? O que esperar dessas novas formas de ação política (Marcha das Vadias, ENUDS, beijatos, etc)?

Sonia Corrêa:

O que existia nos anos 80, na época da política da amizade, é que a gente falava no horizontal, entre nós, e tentava estender as reivindicações horizontalmente. Nós falávamos com as mulheres portuárias; íamos ao porto de Recife falar com as prostitutas assim, na planície, porque pensávamos que necessitávamos de força. Aí, quando fomos capturados por essa lógica mais estatal, abandonamos essa conversa horizontal. Os outros atores estavam aí com muito mais capacidade do que nós, força institucional, recursos... Eu acho que é essa a revisão temos que fazer, porque estou convencida de que a direita cabeluda que está saindo do armário em 2015, 2016 não é exatamente o fruto disso; mas o avanço do conservadorismo moral na base da sociedade no transcurso de todos esses anos serviu a essa direita. Deu a ela uma plataforma de legitimidade para poder sair na rua tão sem vergonha, como está saindo hoje. Eles não são a mesma coisa, essa direita não é toda Opus Dei (embora parte dela seja), mas tem uma direita que é mais liberal, que não necessariamente comunga disso, mas que se sente à vontade de assumir posições absolutamente direitistas, nessa análise conservadora. Porque esse clima foi paulatinamente instalado no tecido social pelas forças do dogmatismo religioso, católico, espírita e evangélico.

Quero citar todas as tradições religiosas, porque a gente tem uma tendência de ficar só olhando os evangélicos porque eles são muito estridentes, chamam muita atenção, porque são eles que estão no aparato legislativo. Mas a meu ver eles são a ponta do *iceberg*. Esse aparato é mais complexo e a gente tem aqui o desafio enorme de retomar essa luta, porque não vai ser na câmara dos deputados que a gente vai ganhar essa batalha. Lá a gente vai perder e tem que estar preparada para isso. A possibilidade de ganhar qualquer coisa ali, num futuro próximo, é mínima. Então a gente tem a tarefa de retomar a conversa horizontal, a conversa na planície.

Eu queria citar que o SPW fez, entre 2009-2011, uma série de diálogos regionais sobre sexualidade e política. E no diálogo africano, uma pesquisadora mestre de Camarões, Sybille Nieck (que está vivendo hoje nos Estados Unidos, porque é impossível para ela viver em Camarões) ela disse algo que tem um eco

com o que eu acabei de dizer. O texto está publicado em inglês em uma das nossas publicações. Ela fazia uma crítica ao discurso sobre a homofobia de Estado, que é o mapa que a ILGA produz desde 2008: as leis que criminalizam a homossexualidade, as leis que discriminam. Ela fazia uma crítica ao uso dessa terminologia. Ela perguntava: -“Na África, de fato, a gente pode falar de homofobia do Estado? E aí ela dizia: -“Num lugar, num contexto aonde eu não consigo dizer para minha avó que eu sou lésbica, acusar o Estado de homofobia é um passo excessivamente longo. E eu acho que é isso, é conversar com a avó, é conversar com o porteiro... A gente perdeu isso, então vocês do EGeS (cursistas formados da Especialização em Gênero e Sexualidade – CLAM/IMS/UERJ - SPM), muitos de vocês que estão na escola, que são professores, têm nas mãos uma tarefa gigantesca, que é nesse lugar da claridade que um novo ciclo tem que ser retomado a partir de agora. E boa sorte para todos nós.